

**VEDAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL E ATIVIDADES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO ÂMBITO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.**

Portaria nº 008, de 11 de março de 2014.

Dispõe sobre vedação de propaganda eleitoral e atividades político-partidárias no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências, em atenção à Lei nº 4.737, de 15 jul. 1965; a Lei nº 9.504, de 30 set. 1997; e as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

O COMANDANTE-GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso II, III e VI, do Decreto Federal nº 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei nº 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e o art. 7º, inciso I, da Portaria nº 31, de 14 dez. 2010 (CBMDF), publicado no BG nº 229, 15 dez. 2010, resolve:

**Art. 1º** A presente portaria destina-se a alertar o público interno sobre a observância das vedações inerentes à participação em manifestações e/ou atividades Político-Partidárias no interior das Organizações Bombeiro Militar do Distrito Federal, em obediência aos termos da Lei nº 4.737, de 15 jul. 1965, da Lei nº 9.504, de 30 set. 1997 e das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

**Art. 2º** São consideradas manifestações ou atividades Político-Partidárias o conjunto de ações realizadas em decorrência de vinculação a candidatos, partidos políticos ou coligações.

**Art. 3º** É proibido nas dependências das Organizações Bombeiro Militar:

I – promover manifestações, formaturas ou reuniões que possam ensejar despedidas, recepções ou quaisquer manifestações de apreço ou despreço a candidatos a cargo eletivo, tanto Bombeiros Militares como civis;

II – a entrada de qualquer pessoa, ostentando, fazendo alusões ou, sob qualquer forma, fazendo destaques de materiais quaisquer, ou ainda que possam estimular reivindicações coletivas ou incitamento à indisciplina, com objetivos Político-Partidários;

III – promover ou apoiar, propaganda eleitoral de candidatos de qualquer Partido Político ou Coligação, tanto Bombeiros Militares como civis;

IV – distribuir impressos ou objetos que tenham ligação de qualquer forma, com propaganda eleitoral, crítica a ato de superior ou resoluções governamentais;

V – afixar inscrições, desenhos ou similares, nos leitos das vias internas, alambrados, cercas ou paredes de aquartelamentos;

VI – fixar cartazes relacionados com propaganda em painéis, quadros de avisos ou similares;

VII – o acesso de veículos ao estacionamento interno portando, ostensivamente, adesivos, bandeiras ou flâmulas que caracterizem propaganda eleitoral.

**Art. 4º** É vedado:

I – ingressar em Organização Bombeiro Militar, o Bombeiro-Militar, mesmo na inatividade, em trajes civis ostentando “botons” ou insígnias que reproduzam propaganda eleitoral;

II – usar vestes ou acessórios ostentando propaganda eleitoral de candidatos, partidos ou coligações, durante o período em que estiver no exercício das atividades funcionais;

III – a colocação de adesivos de qualquer natureza em viaturas, como também conduzir ou distribuir propaganda eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações;

IV – fazer ou permitir que seja feita qualquer forma de propaganda eleitoral nos prédios e no interior das repartições da instituição;

V – exercer, quando fardado, ação de apoio individual ou coletiva junto a candidato a cargo eletivo;

VI – recrutar ou contribuir com recrutamento de Bombeiros Militares da ativa para integrar segurança Pessoal ou desenvolver apoio em campanha política a candidatos, durante o período em que estiver no exercício das atividades funcionais;

VII – integrar, o militar da ativa, segurança pessoal ou desenvolver apoio em campanha política a candidatos, durante o período em que estiver no exercício das atividades funcionais;

VIII – coagir subordinado, igual ou superior hierárquico, bem como, tentar aliciá-los com objetivos de natureza político-partidária;

IX – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à instituição;

X – ceder servidor ou empregado da instituição ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o período em que estiver no exercício das atividades funcionais;

XI – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação de distribuição de bens e serviços de caráter social, custeados pela instituição;

XII – utilizar serviço de rádio de comunicação, linhas telefônicas, ou outro qualquer instrumento de comunicação da Corporação para difusão de propaganda eleitoral, Político-Partidárias ou reivindicatórias;

XIII – veicular qualquer tipo de propaganda eleitoral no sítio do CBMDF;

XIV – utilizar, doar ou ceder cadastro eletrônico dos militares do CBMDF, em favor de candidato, partido ou coligação.

**Art. 5º** As visitas às Unidades da Corporação por autoridades nomeadas ou candidatos a cargos públicos eletivos, deverão observar o prescrito no art. 3º desta portaria, e deverão ser comunicadas ao Comandante-Geral, tão logo tomem ciência destas, os respectivos Comandantes, Diretores ou Chefes de tais Unidades.

§ 1º Quando a visita ocorrer de forma inesperada, a ciência ao Comandante-Geral, deverá dar-se de imediato e durante a permanência da autoridade.

§ 2º Na impossibilidade de contato com o Comandante-Geral a cientificação será feita ao Subcomandante-Geral.

**Art. 6º** Para as solenidades internas das Unidades, a relação de autoridades convidadas deverá ser submetida à ciência do Comandante-Geral, com antecedência mínima de três dias úteis.

**Art. 7º** Em atenção ao art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 set. 1997, a realização de comícios, com a instalação e funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som para este fim, somente é permitida entre as oito e as vinte e duas horas, e a uma distância não inferior a duzentos metros das Organizações de Bombeiro Militar.

**Parágrafo Único.** Em sendo constatada a ocorrência de desobediência aos preceitos do art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 set. 1997, aqueles militares que estiverem responsáveis pela condução do serviço deverão comunicar as autoridades eleitorais.

**Art. 8º** Os Comandantes, Diretores, Chefes de Unidades ou aqueles militares que estiverem no comando do serviço são, pessoalmente, responsáveis pelo fiel cumprimento desta Portaria.

**Art. 9º** A inobservância dos dispositivos desta Portaria, por ação ou omissão, sujeita o autor às sanções penais, disciplinares e/ou administrativas.

**Art. 10.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de 8 de dezembro de 1997 e a Portaria nº 31, de 11 jul. 2002.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS – Cel. QOBM/Comb.  
Comandante-Geral